

Macau: Uma ponte entre a China e os países africanos de língua oficial portuguesa*

Ana Alves

Desde a sua criação em 1949 que a República Popular da China tem demonstrado um interesse constante no continente africano, embora as razões para tal tenham variado ao longo dos tempos. Durante o período da Guerra Fria, o interesse chinês em África era de carácter marcadamente político. Mesmo a ajuda económica e tecnológica prosseguia uma estratégia de expansão ideológica, no contexto da disputa sino-soviética pela liderança do socialismo internacional. Durante décadas a política externa chinesa para África destinava-se abertamente a «apoiar o povo africano (...) na sua luta contra o imperialismo e o novo e velho colonialismo», conforme estatuído no primeiro dos cinco princípios enunciados pelo Primeiro Ministro Zhou Enlai no decurso da sua visita a África em Janeiro de 1964¹.

Na década de 70, tendo a grande maioria dos países africanos alcançado já a independência, o discurso chinês para África sofreu uma ligeira transformação, sublinhando a partir de então e cada vez mais a questão do subdesenvolvimento como o elo de ligação entre ambos. Foi neste contexto que Mao Zedong, durante uma visita do Presidente Zambiano Kenneth Kaunda, fez um apelo à união dos ‘três mundos’ (Ásia, África e América Latina) que faziam parte do chamado Terceiro Mundo.

Nos anos 80, à medida que a Guerra Fria se ia dissipando e a China aprofundando as reformas económicas, iniciadas por Deng Xiaoping em 1978, o interesse de Pequim pelo continente africano foi adquirindo um carácter mais económico.

O pendor cada vez mais económico da política externa chinesa para África, tornou-se, aliás, ainda mais evidente na década de 90. Em Maio de 1996, no decurso de uma visita oficial a seis países africanos, Jiang

* O presente artigo resulta de um estudo realizado no decurso do projecto de investigação “A transição da RAEM”, no âmbito do programa Sapiens 99 da Fundação para a Ciência e Tecnologia (ref. POCTI/199/CPO/33156), Portugal.

¹ ‘Chinese Leaders on Sino-African Relations’, www.china.com.cn/english/features/China-Africa/82054.htm

Zemin propôs o desenvolvimento de um relacionamento de cooperação mais estreito e estruturado a longo prazo entre a China e os países africanos.

Foi a partir desta ideia que nasceu o Fórum de Cooperação China-África (China Africa Cooperation Forum), cuja sessão inaugural teve lugar em Pequim em Outubro de 2000. O forte empenho do governo central chinês na criação deste fórum ilustra, de resto, e com clareza, a crescente importância dos assuntos económicos no relacionamento com África no início do século XXI.

O Fórum de Cooperação China-África (FCCA)

O Fórum reúne a cada três anos, alternando entre a China e os países africanos. A primeira reunião do FCCA contou com a participação de 45 países africanos. O facto da nomenclatura chinesa ter estado representada nesta reunião ao mais alto nível (o Presidente Jiang Zemin, o Vice-presidente Hu Jintao e o Primeiro Ministro Zhu Rongji), confirma a importância deste fórum para a China. O diálogo centrou-se no desenvolvimento de uma nova ordem política e económica internacional e no reforço da cooperação e do comércio entre as duas partes envolvidas baseada na igualdade e benefício mútuo. Desta primeira reunião resultou uma declaração ('Declaração de Pequim'), um programa para a cooperação económica e o desenvolvimento social, e a institucionalização de algumas comissões ministeriais com vista a coordenar a implementação dos acordos alcançados.

A segunda reunião teve lugar em Addis Ababa (Etiópia) em dezembro de 2003, tendo a China sido representada pelo Primeiro Ministro Wen Jiabao. Os delegados acordaram um Plano de Acção para o biénio 2004-2006 visando a cooperação numa série de áreas, nomeadamente, assuntos políticos, paz e estabilidade, cooperação multilateral e desenvolvimento económico e social².

As questões económicas têm dominado as actividades do fórum desde a sua criação. Nos últimos quatro anos a cooperação chinesa tem vindo a ganhar, efectivamente, cada vez maior visibilidade por todo o continente africano, em particular, na agricultura, na construção de infra-

² 'China-African Forum reaches action plan', www.china.com.cn/english/international/82640.htm

estruturas, no comércio, investimento, ajuda ao desenvolvimento, desenvolvimento de recursos humanos e naturais e perdão da dívida. Desde a criação do fórum, em 2000, a China reduziu e perdoou dívidas a 31 países africanos num total de 1,3 biliões de USD (10,5 biliões de RMB). O volume comercial entre ambas as partes cresceu de 10,6 biliões de USD em 2000 para quase 14,0 biliões em 2003. O investimento chinês em África cresceu também substancialmente: no final de 2003 haviam 602 empresas a operar em 49 países africanos³. A China tem investido igualmente na formação de recursos humanos africanos⁴ e prestado importante assistência no âmbito da saúde e dos desastres naturais.

Macau: a ponte entre a China e os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs)

Quatro dos países africanos que fazem parte do FCCA são países de expressão portuguesa: Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau. Dos PALOP's apenas S. Tomé e Príncipe não faz parte do referido fórum uma vez que é um dos poucos países no mundo que reconhece o governo de Taiwan.

Aqueles quatro países possuem uma particularidade que consiste no facto de compartilharem uma antiga ligação à China que é Macau, uma vez que, durante vários séculos, tiveram em comum com este território a administração colonial portuguesa. Essa realidade deixou um legado comum baseado na língua e cultura portuguesa bem como ao nível das estruturas administrativas e legais. O potencial desta herança comum foi, todavia, descuidado durante muito tempo após as independências dadas as reminiscências coloniais que evocava.

Ao contrário das colónias portuguesas africanas que alcançaram a independência logo a seguir ao golpe militar que pôs termo à ditadura em Portugal em Abril de 1974, Macau apenas viu chegar o fim da administração portuguesa um quarto de século depois, dado que a China não aceitou a devolução do território na altura. Nos três primeiros anos após

³ '20 Accords signed in sino-african business conference', www.china.com.cn/english/features/China-Africa/82627.htm

⁴ China offers 1.500 scholarships every year to African students to study in China and sends also many nationals experts in various fields to African countries.

a devolução de Macau à RPC, o governo executivo de Macau foi muito cauteloso na gestão do legado português receando melindrar o governo central chinês. Curiosamente, foi de Pequim que vieram as directivas para que o executivo de Macau reforçasse a identidade portuguesa do território e dela tirasse partido. Efectivamente, foi sob a iniciativa do Ministro do Comércio da RPC que Macau veio a ser a sede do Fórum para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de expressão portuguesa em Outubro de 2003. O contexto político de Macau após 99, permitiu à China potenciar o território enquanto plataforma privilegiada para investir e cooperar com os PALOPs.

O novo fórum trans-regional tem como objectivo promover o desenvolvimento mútuo através do reforço da cooperação económica e do comércio entre a China e os países de expressão portuguesa. No primeiro encontro do Fórum que reuniu em Macau entre 12 e 14 de Outubro de 2003, participaram delegações de oito países (China, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e Timor Leste), mais S. Tomé e Príncipe como observador e Macau como parte integrante da comitiva chinesa. As delegações eram compostas por representantes governamentais e empresariais. A RPC foi representada nesta reunião pelo Vice-primeiro Ministro, Sra. Wu Yi, e o Vice-ministro do Comércio, An Min.

A reunião ministerial aprovou um plano de acção prevendo a melhoria do intercâmbio de informação, o aperfeiçoamento do ambiente de investimento em conformidade com as regras internacionais, a organização de feiras, a promoção de joint ventures, a diversificação das áreas de cooperação para a agricultura, construção de infra-estruturas e desenvolvimento dos recursos humanos e naturais. Foi também estabelecido que o fórum reuniria de três em três anos e que o secretariado permanente seria em Macau. O Comité organizador é presidido conjuntamente pelo Ministro chinês para o Comércio, Lu Fuyuan, e o Chefe do Executivo de Macau, Edmund Ho. Abaixo deles estão o adjunto do Ministro do Comércio e o Secretário para a Economia e Finanças de Macau, assistidos por quadros do Ministério do Comércio e Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, do Gabinete do Conselho de Estado para os assuntos de Macau e Hong Kong, e do Governo Executivo de Macau. O Secretariado da Comissão, responsável pela coordenação e implementação dos acordos, é exclusivamente composto por staff do Executivo de Macau.

Por razões históricas e pragmáticas, Macau é, de facto, uma plataforma privilegiada para realizar este ensejo, como foi aliás referido pelos representantes oficiais dos países participantes nesta reunião inaugural⁵.

Desde o século XVI que Macau está em contacto com um mundo lusófono, acumulando conexões humanas e através delas redes comerciais que sobreviveram ao ocaso da ordem portuguesa. A língua e a Cultura portuguesa também deixaram laços institucionais, nomeadamente, a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e a Organização Meteorológica dos Países de expressão portuguesa. Mais recentemente, Macau requereu o estatuto de observador junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), facto bastante significativo se tivermos em atenção que, apesar dos numerosos esforços por parte de Portugal, a China opôs-se durante vários anos à entrada de Macau na organização.

Por outro lado, Macau foi durante vários séculos a única porta de entrada na China, facto histórico que lhe valeu um relacionamento especial com o Governo central no âmbito do ‘segundo sistema’, gozando, actualmente, de uma larga autonomia política e económica.

Macau deve, efectivamente, grande parte da sua actual importância no contexto da RPC a este papel de pivot entre China continental e os países lusófonos. Adicionalmente, a sua localização nas margens da província de Cantão, o regime económico especial e a baixa taxa de impostos (15%), um sector de serviços bem desenvolvido, a larga reserva de mão-de-obra qualificada, e um conjunto de instituições de ensino superior de elevada qualidade, fazem do território uma plataforma bastante atractiva para os negócios internacionais.

A língua e cultura Portuguesas em Macau, ainda que não tão disseminadas aí como nas ex-colónias portuguesas, adquiriram uma grande importância no contexto actual como canal de ligação entre a China e aqueles países. Existem, presentemente 12 universidades em Macau que oferecem várias graus numa multiplicidade de áreas. A maior parte delas

⁵ Conforme referido, nomeadamente, nas declarações públicas do Vice-primeiro Ministro Chinês, Sra. Wu Yi; o Vice Ministro do Comércio, An Min; o Chefe do Executivo de Macau, Edmund Ho Au-wah; e o representante do Ministro da Economia Português, Franquelim Alves. Os discursos dos representantes africanos sublinharam mais a assistência chinesa durante a Guerra Colonial.

assinaram protocolos de cooperação e intercâmbio com as suas congêneres do mundo lusófono e também com Universidades chinesas, estes orientados, sobretudo, para o ensino da língua portuguesa. Esta tendência tornou-se ainda mais notória após o *handover*, tendo, na maioria dos casos, partido a iniciativa das autoridades chinesas.

A importância dos PALOPs para a China

Apesar do enorme potencial deste fórum para a cooperação há, ainda, um longo caminho a percorrer. Existe um grande desconhecimento de ambas as partes em relação aos respectivos mercados, pequenas e médias empresas, enquadramento legal, língua e cultura nativas, etc... Adicionalmente, a internacionalização do sector privado é um fenómeno muito recente na China e ainda se encontra em estado muito embrionário nos PALOPs. Ambas as partes demonstram grande interesse em desenvolver a interacção económica, mas as estruturas são, ainda, muito incipientes.

Na realidade, o mercado representado por este fórum tem uma importância apenas relativa para Pequim na medida em que representa uma fatia pouco significativa no volume de comércio chinês⁶. E se tomarmos em consideração que o Brasil representa mais de metade desse volume comercial e 176 milhões do total de 220 milhões de pessoas que falam português no globo, e acrescentarmos o facto de que o Brasil tem já estabelecida uma longa e forte parceria com a China⁷, poderá concluir-se que o Brasil não era o alvo principal da China quando começou a organizar este fórum. E, do mesmo modo, também não era Portugal, cuja importância para a China deriva mais do facto de ser parte da União Europeia que enquanto parceiro comercial estratégico. Por outro lado, os países africanos de expressão portuguesa e Timor Leste, apesar da sua pequena dimensão demográfica e economias primárias, possuem reservas consideráveis de recursos naturais que vão desde a pesca, a agricultura, florestas e

⁶ Volume total do comércio externo chinês em 2003: 800 biliões de USD; volume total do comércio externo da China com os países de expressão portuguesa no mesmo ano: em 8.000 milhões de USD (estimativa). Valores referidos pelo Ministro Chinês do Comércio, Lu Fuyuan, in: *Renmin Ribao* (People's Daily website), 25 de Dezembro de 2003.

⁷ A China é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, a seguir aos EUA.

turismo ao gás natural, carvão, minérios e petróleo. Tendo em conta esta realidade e o facto de a China se ter tornado em 2003 o segundo maior consumidor mundial de petróleo, ultrapassando o Japão, e tendo à sua frente apenas os EUA, o interesse de Pequim nos países africanos torna-se mais claro.

O comércio bilateral entre a China e África tem vindo a crescer a um ritmo bastante acelerado: de 12,4 biliões de USD em 2002, subiu para mais de 18 biliões USD em 2003⁸. A RPC está, gradualmente, a emergir como um importante agente no continente africano também devido ao apoio ao desenvolvimento que tem vindo a prestar àqueles países (1,8 biliões de USD em 2002) e ao volume de investimento que ali realiza (900 milhões de USD em 2003)⁹, com uma importante vantagem política face aos seus concorrentes ocidentais: Pequim não impõe metas ao nível de Direitos Humanos e de democratização. A única imposição é o não reconhecimento do governo de Taipé.

De acordo com o relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), actualmente, a China não é apenas um dos maiores receptores do Investimento mundial como se está a tornar num dos maiores investidores a nível global. Em 2003 a China investiu 35 biliões de USD no estrangeiro (partindo de apenas 3 biliões USD em 1991 e 15 biliões em 1995). A maior fatia deste investimento tem como destino outros países asiáticos (maioritariamente Hong Kong e Macau), a América do Norte, aparecendo o continente africano em terceiro lugar, seguido pela América Latina e a Europa¹⁰.

O investimento chinês no continente africano, conforme sublinhado pelo presidente Hu Jintao no decurso da sua visita ao Gabão em Janeiro último, dirige-se, prioritariamente, à construção de infra-estruturas e desenvolvimento de recursos agrícolas e naturais. A China providencia não apenas o financiamento e o equipamento necessário como também, por vezes, a mão-de-obra. A cooperação chinesa tem vindo a construir

⁸ Estatísticas oficiais chinesas citadas em: 'China emerges as a major player in African Politics', in: *Alexander's Gas and Oil Connections*, vol 9, issue # 5, News and Trends: Africa, March 10th, 2004. Versão online: www.gasandoil.com/goc/news/nta41000.htm

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ Entrevista com Zhan Xiaoning, oficial sénior de investimentos da CNUCED, 7 de Janeiro de 2004, 'UN Report: China becoming major investor abroad', in: http://english.people.com.cn/200401/07/eng20040107_132003.shtml

redes de estradas (Ruanda) e de telecomunicações (Etiópia), terminais de aeroporto (Argélia) e até oferecido edifícios governamentais e centros de convenções (Moçambique, Gabão, Costa do marfim,...).

O Investimento chinês nos PALOP's

O cenário atrás traçado é mais ou menos o mesmo nos PALOP's. O comércio bilateral tem vindo a crescer a um ritmo acelerado em anos recentes, sendo que, dos quatro PALOP's Angola é de longe o maior parceiro comercial da China. O volume comercial entre estes dois países foi aproximadamente de 1.150 milhões de dólares em 2002. As exportações chinesas são maioritariamente constituídas por têxteis, sapatos e equipamento eléctrico. Todavia, a importação de petróleo angolano para a China é responsável pelo grosso do comércio bilateral. Moçambique é o segundo parceiro económico da China, com um volume comercial na ordem dos 48,5 milhões de USD¹¹, seguido pela Guiné Bissau com 4,5 milhões de USD, sendo que em ambos os casos o comércio bilateral é dominado pelas exportações chinesas. Cabo Verde aparece em último lugar, o que se deve em grande parte ao facto de constituir um mercado bastante limitado (a população é inferior a meio milhão). O volume de exportação combinada da China para estes países, composto sobretudo por bens de consumo ligeiros, totalizou 94 milhões de USD, e as importações, dominadas por matérias primas — com destaque para o crude — somou 1.110 milhões de USD, implicando um forte déficit comercial para a China¹².

Não menos significativo do empenho das autoridades chinesas em reforçar a interacção económica com os PALOP's, é o facto de, poucos dias antes da reunião inaugural do Fórum para a Cooperação, terem assinado com o Executivo de Macau um acordo prevendo uma parceria económica mais estreita entre ambos: Closer Economic Partnership Arrang-

¹¹ Números *in Fórum para a cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa (Macau)*, novos caminhos para a cooperação', Rudolfo Ascenso.

¹² Números mencionados num artigo de imprensa escrito pelo Presidente do Instituto para a Promoção do Comércio e Investimento em Macau, Lee Peng Hong, 'Plataforma Económica e commercial entre a China e os países de língua portuguesa', in: *Ponto Final*, 24 de Outubro de 2003, versão online, www.pontofinalmacau.com/print.php?sid=2055

ement (CEPA). Este acordo, que Hong Kong havia já assinado, tem como objectivo reforçar a interacção económica entre Macau e a China através da flexibilização da entrada no território da China continental das empresas, bens e serviços que venham de Macau. A colocação deste acordo ao serviço dos propósitos do Fórum de cooperação sino-lusófono, foi de resto evidenciada pelo Vice-Ministro do Comércio, An Min, ao afirmar, num discurso proferido no decurso do Fórum, que a China previa duplicar o volume comercial com os países lusófonos nos próximos 5 anos, esperando que para tal a CEPA atraísse capital dos países de expressão portuguesa.

O Investimento chinês nos PALOP's é, todavia, muito difícil de apurar uma vez que não existem estatísticas sistematizadas sobre o assunto nem da parte chinesa nem da parte africana. Os escassos números disponíveis são os ocasionalmente publicados na imprensa local que nem sempre são credíveis. Partindo dos números que conseguimos obter por esta via (2002), tudo indica que o Investimento chinês em Angola (150 milhões de USD) está, praticamente, equiparado ao que tem como destino o Brasil (157 milhões de USD). Em contrapartida, os outros países parecem estar a receber muito menos: 10 milhões de USD para Cabo Verde e 4 milhões USD para a Guiné Bissau (não conseguimos obter dados relativos a Moçambique).

A razão pela qual estes países estão a atrair o investimento chinês, público e privado, está relacionada com o facto, mencionado anteriormente, de todos estes países possuírem importantes recursos naturais. Angola é o número um desta lista: rico em petróleo, diamantes, ouro urânio, fosfatos, etc...; Moçambique possui importantes reservas de carvão, gás natural, titânio, pedras semi-preciosas, além de produções agrícolas (caju, milho, algodão, açúcar, coco...) e recursos piscatórios; Guiné-Bissau tem bauxite, fosfatos e petróleo, bem como produções agrícolas e recursos piscatórios; Cabo Verde, o mais pobre, possui sal, produções agrícolas e recursos piscatórios.

À parte o investimento público e privado, a China também é, actualmente, responsável por uma importante parcela do apoio ao desenvolvimento, o que se traduz, naturalmente, num acréscimo da margem de manobra e no poder de negociação da China sobre estes países. Angola é o maior receptor da ajuda chinesa. Em 2003 a China emprestou 300 milhões de USD para a reconstrução da rede ferroviária de Luanda,

e em Março de 2004 emprestou mais 2 biliões USD, em condições muito vantajosas¹³, para a reconstrução de infra-estruturas destruídas durante a guerra civil. Paralelamente, estão envolvidas empresas e mão-de-obra chinesas na reconstrução de todo o tipo de infra-estruturas: desde escolas e hospitais a vias de comunicação e fogos habitacionais. O governo chinês encontra-se, presentemente, a organizar uma feira empresarial que terá lugar em Luanda em Dezembro próximo (2004) com o objectivo de identificar novas áreas de investimento e estabelecer joint-ventures.

A mesma tendência pode ser observada nos outros três países, embora a uma escala menor. A China perdeu grande parte das respectivas dívidas, assinou vários acordos bilaterais de cooperação económica e tecnológica, financiou a construção de infra-estruturas (redes viárias, telecomunicações, hospitais, habitações sociais, barragens, hotéis...), investiu na agricultura e na pesca e na exploração de recursos naturais. A RPC transformou-se, assim, em poucos anos, num importante parceiro comercial destes países, tornando-se, por esta via, num agente cada vez mais influente na região.

Conclusão

O presente pode ser descrito como uma era de globalização acelerada onde a riqueza tende a concentrar-se nos blocos regionais que ligam as economias mais fortes do hemisfério norte. Todavia, a cooperação trans-regional é também uma tendência cada vez mais notória na conjuntura mundial da actualidade. Muito embora servindo as sinergias geradas pela interacção de economias desenvolvidas com as sub ou menos desenvolvidas, os acordos trans-regionais tornaram-se num importante instrumento para a promoção ambivalente do desenvolvimento. É neste enquadramento que a China tem procurado maximizar o potencial da cooperação sul-sul valendo-se, para o efeito, e neste caso específico, do elo comum (legado linguístico e cultural português) que liga uma parte do seu território a um conjunto de países africanos.

Nos últimos dois anos a China tem investido, claramente, na promoção de Macau como interface para os PALOPs. O facto de ter sido o

¹³ Prazo de reembolso de 17 anos com uma taxa de juro de 1,5%, funcionando como garantia do empréstimo os lucros de um contrato de venda de petróleo equivalente a 10.000 barris por dia.

próprio governo central chinês a tomar a iniciativa de criar em Macau um fórum exclusivo China - países lusófonos, é indicativo do novo desígnio que a China atribuiu recentemente ao território, nomeadamente enquanto pólo de atracção para os países que compartilham da língua e cultura portuguesas, funcionando, simultaneamente, como garante da integridade identitária de Macau na região em que se insere, em particular, face a Zhuhai e Hong Kong.

